

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO: ATI – AMIGOS DA TERCEIRA IDADE

MORADA: Avenida Dr. Fernando Aroso, 355

LOCALIDADE: Leça da Palmeira

FREGUESIA: Leça da Palmeira

CONCELHO: Matosinhos

CODIGO POSTAL: 4451-801

(O Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO:

DATA: Leça da Palmeira, 25 de março de 2023

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Leça da palmeira, 25 de março de 2023

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE

Raria Cecília Viras S. Rocha

Marie Rosa Rodrigues Magalhães

Luís Carlos de Castro
Helena Almeida André

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501648950
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	24 005,93	31 600,09
Investimentos financeiros	10.1	1 488,02	1 064,45
		25 493,95	32 664,54
Ativo corrente			
Inventários	5	71,79	276,41
Créditos a receber	10.2	1 865,02	901,50
Estado e outros entes públicos	10.7	444,23	1 218,77
Diferimentos	10.3	2 158,43	2 023,02
Outros ativos correntes	10.8	0,00	188,61
Caixa e depósitos bancários	10.4	17 365,89	28 570,52
		21 905,36	33 178,83
Total do ativo		47 399,31	65 843,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	12 343,63	12 343,63
Resultados transitados	10.5	339,50	5 210,87
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	21 909,56	29 870,35
		34 592,69	47 424,85
Resultado líquido do período		-12 492,96	-4 871,37
Total dos fundos patrimoniais		22 099,73	42 553,48
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	1 930,54	1 199,16
Estado e outros entes públicos	10.7	2 606,47	3 013,00
Diferimentos	10.3	5 584,45	0,00
Outros passivos correntes	10.9	15 178,12	19 077,73
		25 299,58	23 289,89
Total do passivo		25 299,58	23 289,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		47 399,31	65 843,37

A Direção

O Contabilista Certificado

Maria Cláudia Dires Sampaio Rocha
Carla Maria A. Araújo

[Assinatura]
16/12/2022

Maria Rosa Rodrigues Bevilacqua
Helene Almeida Cardoso

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501648950

Moeda: (valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	87 382,81	79 953,29
Subsídios, doações e legados à exploração	10.10	108 461,45	115 723,64
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-29 103,43	-29 494,65
Fornecimentos e serviços externos	10.11	-48 699,93	-34 146,60
Gastos com o pessoal	8	-132 798,81	-135 082,84
Outros rendimentos	10.12	12 653,90	8 114,68
Outros gastos	10.13	-1 061,65	-3 459,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3 165,66	1 607,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-9 327,30	-6 479,05
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12 492,96	-4 871,37
Resultados antes de impostos		-12 492,96	-4 871,37
Resultado líquido do período		-12 492,96	-4 871,37

A Direção

Flávia Emilia Diniz Sampaio Rocha

~~Luís Carlos de Araújo~~

Maria Rosa Rodrigues Magalhães

Helene Almeida Mendes

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 CC11686

Entidade: **ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE**
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: **501648950**

Moeda: **Euros**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro de Dia	Serviço de Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	48 399,50	31 979,51	7 003,80	87 382,81	79 953,29
Custo das vendas e dos serviços prestados		-77 655,80	-77 075,36	-7 171,08	-161 902,24	-164 577,49
Resultado Bruto		-29 256,30	-45 095,85	-167,28	-74 519,43	-84 624,20
ISS, IP - Centro Distrital		23 017,63	46 691,27	27 809,61	97 518,51	92 782,76
Outros Rendimentos		8 900,90	7 429,56	7 266,38	23 596,84	31 055,56
Gastos administrativos		-22 509,62	-22 509,62	-13 007,99	-58 027,23	-40 625,65
Outros Gastos		-624,54	-254,52	-182,59	-1 061,65	-3 459,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20 471,93	-13 739,16	21 718,13	-12 492,96	-4 871,37
Resultado antes de impostos		-20 471,93	-13 739,16	21 718,13	-12 492,96	-4 871,37
Resultado líquido do período		-20 471,93	-13 739,16	21 718,13	-12 492,96	-4 871,37

A Direção

Carla Leinha Dias Sampaio Roda

Carla Leinha Dias Sampaio Roda

Henric Rosa Rodrigues Tagalhuer

Helene Almeida Cordeiro

O Contabilista Certificado

Carla Leinha Dias Sampaio Roda

ATI - AMIGOS TERCEIRA IDADE
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		90 482,49	79 680,13
Pagamentos a fornecedores		-76 963,13	-57 500,30
Pagamentos ao pessoal		-90 123,88	-88 984,80
Caixa gerada pelas operações		-76 604,52	-66 804,97
Outros recebimentos/pagamentos		63 896,12	62 674,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-12 708,40	-4 130,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-10 549,00
Investimentos financeiros		-446,12	-312,48
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		0,00	6 949,50
Juros e rendimentos similares		1,46	1,58
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-444,66	-3 910,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 948,43	2 733,83
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 948,43	2 733,83
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-11 204,63	-5 307,29
Caixa e seus equivalentes no início do período		28 570,52	33 877,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4	17 365,89	28 570,52

A Direção

O Contabilista Certificado

Manic Rosa Rodrigues Casulho
Clara Leiria Diniz Sampaio Rocha
[Handwritten signature]
Helena Almeida Rando

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

RM
[Handwritten signature]

A.T.I. – AMIGOS DA TERCEIRA IDADE

Anexo às demonstrações financeiras

2022

RTZ

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	3
3.1	Bases de Apresentação.....	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5	Inventários.....	9
6	Rédito.....	9
7	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	9
8	Benefícios dos empregados.....	10
9	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	10
10	Outras Informações.....	11
10.1	Investimentos Financeiros.....	11
10.2	Créditos a receber.....	11
10.3	Diferimentos.....	11
10.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	11
10.5	Fundos Patrimoniais.....	12
10.6	Fornecedores.....	12
10.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	12
10.8	Outros ativos correntes.....	12
10.9	Outros passivos correntes.....	13
10.10	Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
10.11	Fornecimentos e serviços externos.....	13
10.12	Outros rendimentos.....	14
10.13	Outros gastos.....	14
10.14	Resultados Financeiros.....	14
10.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.....	14
10.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	15

1 Identificação da Entidade

A Associação A.T.I. - AMIGOS TERCEIRA IDADE é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 287, Série III, com sede na Avenida Dr. Fernando Aroso, 355 – Apartado 3074, 4451 – 801 Leça da Palmeira. Tem como principal objetivo:

- O apoio à terceira idade da freguesia de Leça da Palmeira, através da criação e manutenção de um centro de dia, centro de convívio e do apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O

R.M.


exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.
- Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subseqüentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento transporte	5
Equipamento Informático	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro. O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os Inventários estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e Outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Equipamento Básico	108 287,84	517,79			108 805,63
Equipamento de Transporte	45 440,62				45 440,62
Equipamento Administrativo	13 164,81	1 215,35			14 380,16
Outros	5 904,00				5 904,00
Ativo Tangível Bruto	172 797,27	1 733,14	0,00	0,00	174 530,41
Depreciações Acumuladas					
Equipamento Básico	101 257,63	1 340,65			102 598,28
Equipamento de Transporte	27 395,45	5 413,54			32 808,99
Equipamento Administrativo	12 380,10	605,11			12 985,21
Outros	164,00	1 968,00			2 132,00
Depreciações Acumuladas	141 197,18	9 327,30	0,00	0,00	150 524,48
Ativo Tangível Líquido	31 600,09	-7 594,16	0,00	0,00	24 005,93

5 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

- Existência final

RÚBRICAS	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	71,79	276,41
Total	71,79	276,41

- Inventários gastos do período

MOVIMENTOS	2022	2021
	Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias, Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	276,41	71,85
Compras	21.625,98	17.959,18
Doações	7.272,83	11.740,03
Saldo Final	71,79	276,41
Gastos do Período	29.103,43	29.494,65

6 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RÚBRICAS	2022	2021
Prestação de Serviços	87.382,81	79.953,29
Quotas do Utilizadores	76.479,37	71.887,24
Quotizações e Jóias	5.850,00	6.150,00
Bufete	5053,44	1.916,05
Juros	1,46	1,58
Depósitos Bancários	1,46	1,58
Total	87.384,27	79.954,87

7 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2022				2021		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (Dotação)	Não Reembolsável			97.518,51			91.819,16
Layoff	Não Reembolsável						963,60
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Transporte)	Não Reembolsável	12.631,63		5.413,34	18.045,17		5.413,54
Câmara Municipal Matosinhos (Equip. Informático)	Não Reembolsável	0,00		119,68	119,68		359,03
Câmara Municipal Matosinhos (Renda)	Não Reembolsável						8.772,84
Câmara Municipal Matosinhos (Bomba de Calor)		5.505,93		1.443,57	6.949,50		0,00
União de Freguesias	Não Reembolsável	3.772,00		984,00	4.756,00		984,00
IAPMEI	Não Reembolsável			616,00			380,25
Total		21.909,56	0,00	106.095,10	29.870,35	0,00	108.692,42

8 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais em 2022 e 2021 foi de 12. A Direção é constituída por 6 elementos, o Conselho Fiscal e Assembleia Geral por 3.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 e 2021 foi de 10.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Remunerações ao pessoal	104.989,54	107.393,57
Encargos sobre as Remunerações	22.906,61	23.133,87
Seguros de Acidentes no Trabalho	4.482,36	4.061,84
Outros Gastos com o Pessoal	420,00	493,56
Total	132.798,81	135.082,84

9 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

R.V.

 P

10 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2022	2021
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1.488,02	1.064,45
Total	1.488,02	1.064,45

10.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	1.865,02	901,50
Total	1.865,02	901,50

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguro Acidentes Trabalho	1.567,28	1.465,34
Outros Seguros	591,15	557,68
Total	2.158,43	2.023,02
Rendimentos a Reconhecer		
ISS – Acordo de Cooperação	5.584,45	0,00
Total	5.584,45	0,00

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	292,11	359,46
Depósitos à Ordem	16.021,73	12.160,32
Depósitos a Prazo	1.052,05	16.050,74
Total	17.365,89	28.570,52

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12.343,63			12.343,63
Resultados Transitados	5.210,87		-4.871,37	339,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	29.870,35		-7.960,79	21.909,56
Total	47.424,85	0,00	-12.832,16	34.592,69

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c		
Fornecedores	1.930,54	1.199,16
Total	1.930,54	1.199,16

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA - Restituição	444,23	1.218,77
Total	444,23	1.218,77
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	457,00	424,00
Segurança Social	2.111,06	2.562,40
Fundos Compensação	38,41	26,60
Total	2.606,47	3.013,00

10.8 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores		
Adiantamento a fornecedores	0,00	188,61
Total	0,00	188,61

10.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	0,00
Credores por Acréscimo de Gastos	15.155,84	18.460,99
Remunerações a Liquidar	14.847,73	17.835,14
Outras Despesas Diferidas	308,11	625,85
Outros devedores e credores	22,28	84,94
Sindicato	22,28	30,17
Helena Cardia	0,00	54,77
Outros devedores e credores	0,00	531,80
Adiantamento de Utentes	0,00	531,80
Total	15.178,12	19.077,73

10.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	98.134,51	101.935,85
Doações e heranças	10.326,94	13.787,79
Total	108.461,45	115.723,64

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

A rubrica "doações e heranças" engloba o valor dos géneros alimentares doados pelo Banco Alimentar e donativos monetários.

10.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	9.680,63	0,00
Serviços especializados	10.796,08	9.816,96
Materiais	4.806,75	2.261,16
Energia e fluidos	10.144,52	7.354,99
Deslocações, estadas e transportes	88,40	96,90
Serviços diversos	13.183,55	14.616,59
Total	48.699,93	34.146,60

10.12 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos suplementares	4.570,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	96,64	0,00
Outros Rendimentos	7.985,80	8.113,10
Juros Obtidos	1,46	1,58
Total	12.653,90	8.114,68

10.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	114,00	0,00
Juros de não financiamento suportados	0,11	0,00
Quotizações	96,00	96,00
Correções relativas a períodos anteriores	851,54	3.363,84
Total	1.061,65	3.459,84

10.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2021
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,46	1,58
Total	1,46	1,58

10.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A entidade tem as valências instaladas em dois edifícios. O edifício sede é cedido pela Junta de Freguesia Matosinhos e Leça da Palmeira e um outro designado por ATI Monte Espinho é cedido pela Câmara Municipal de Matosinhos. Os custos relativos à eletricidade, gás e água que a entidade tem, no edifício cedido pela Junta de Freguesia, são suportados por essa mesma entidade e a instituição não tem qualquer encargo com a cedência do espaço. Relativamente ao edifício designado por ATI Monte de Espinho a Câmara atribui um subsídio destinado a assegurar o pagamento da renda anual.

O número médio de utentes por valência, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

- Centro de Convívio: 12
- Centro de Dia: 10
- Serviço de Apoio Domiciliário: 20

10.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Leça da Palmeira, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

Clara Cecilia Dias Sampaio Rod
Luís Carlos de Castro
Mário Rosc Rodrigues Regueira
Hélene Almeida Rodrigues